

Trabalho de Conclusão de Curso

Curso de Graduação em Geografia

**SELETIVIDADE ESPACIAL E DENSIDADE TÉCNICA: A AGÊNCIA DE  
DESENVOLVIMENTO PAULISTA (DESENVOLVE SP) COMO AGENTE  
MODIFICADOR DO TERRITÓRIO PAULISTA**

Isabela Andrade Sanches

Prof. Dr. Fabrício Gallo

Rio Claro (SP)

2015

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
Instituto de Geociências e Ciências Exatas  
Câmpus de Rio Claro

ISABELA ANDRADE SANCHES

SELETIVIDADE ESPACIAL E DENSIDADE TÉCNICA: A  
AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO PAULISTA (*DESENVOLVE*  
*SP*) COMO AGENTE MODIFICADOR DO TERRITÓRIO  
PAULISTA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao  
Instituto de Geociências e Ciências Exatas - Câmpus  
de Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista  
Júlio de Mesquita Filho, para obtenção do grau de  
Bacharel em Geografia.

*Rio Claro - SP*

2015

*Isabela Andrade Sanches*

SELETIVIDADE ESPACIAL E DENSIDADE TÉCNICA: A  
AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO PAULISTA  
(DESENVOLVE SP) COMO AGENTE MODIFICADOR DO  
TERRITÓRIO PAULISTA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas -  
Câmpus de Rio Claro, da Universidade  
Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, para  
obtenção do grau de Bacharel em Geografia.

Comissão Examinadora

Prof. Dr. Fabrício Gallo (orientador)  
Profa. Dra. Angelita Matos Souza  
Prof. Dr. Cristiano Nunes Alves

Rio Claro, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Assinatura da aluna

assinatura do orientador

## AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer primeiramente meus pais Janice e Itamar, por todo amor e apoio incondicional que sempre me foi dedicado, incentivando minhas decisões, me ouvindo e buscando sempre compreender. Obrigada por serem exatamente como eu precisava, por estarem caminhando ao meu lado, respeitando minhas decisões e iluminando meu caminho, a vocês todo meu amor.

Aos amigos que tive o prazer de conquistar durante o curso de Geografia, que me proporcionaram uma nova definição de companheirismo e amizade, destaque para as irmãs que pude escolher, da nossa amada República Galápagos, principalmente Juliana, Gabriela, Giovanna e Marina Elisa, sem a amizade de vocês a vida universitária não teria cor e nem brilho. Aos moradores das repúblicas Vuco-Vuco e Magrelos, pelos momentos de risadas sem fim, de descontração e muitas lembranças inesquecíveis.

Turma 52 de Geografia, por toda a nossa união, nosso jeito meio torto de ser, mas sempre com muito humor, com uma parceria que não sabemos explicar, só sei que me orgulho muito por ter feito parte desta turma e não poderia escolher uma melhor, todos diferentes e unidos por uma só paixão, sempre vou me orgulhar de nós.

Comissão de Formatura 2013, por me proporcionar amizades inusitadas e que estavam predestinadas, foi um presente fazer parte deste time, a realização de tantos sonhos que valeram cada noite sem dormir, se pudesse voltar no tempo (ah, como eu queria!) faria tudo igual por vocês.

Obrigada a todos aqueles que fizeram destes meus anos universitários um sonho, uma alegria sem fim, que me deram forças neste período de tantas descobertas e mudanças. Sem o amor de amizade de vocês eu não seria quem sou, não teria trilhado este caminho que me enche de felicidade.

E por fim, ao meu orientador Prof. Dr. Fabrício Gallo, pela paciência e luz para a realização deste trabalho, muito obrigada.

## RESUMO

As agências de fomento são instituições financeiras que possuem meios de ação e atributos específicos, com objetivo fundamental de fomentar atividades que proverão benefícios à esfera pública. A Agência de Desenvolvimento Paulista - Desenvolve SP destaca-se no setor por sua atuação no estado de São Paulo, tanto no âmbito municipal quanto estadual, fomentando instituições pertencentes ao meio público e privado para exercer a finalidade de um desenvolvimento pertinente à sociedade. O presente trabalho busca o estudo da atuação da referida instituição, compreendendo-a como um importante agente modificador do território paulista, questionando se sua atuação está relacionada ao interesse de cultivar a alta densidade técnica do estado em que atua prioritariamente, assim como a real aplicabilidade de benefícios ao setor público e social em suas atividades fomentadoras, principalmente por atuarem em conjunto de instituições privadas. É colocado em questão se há uma modificação das técnicas do território embasada nos princípios institucionais das agências de fomento, assim como a aplicabilidade da proposta de atuar a fim de promover um desenvolvimento local isonômico, questionando a finalidade da atuação do poder público estatal através da Desenvolve SP.

Palavras-chave: Agência de fomento. São Paulo. Território. Densidade técnica.

## ABSTRACT

Development agencies are financial institutions that have specific means of action and attributes, with the main objective to promote activities that will provide benefits to the public sphere. The Paulista Development Agency – *Desenvolve SP* stands out at the field for its performance in the state of São Paulo, both in the municipal and state level, promoting institutions in the public and private sector to exercise the purpose of a development relevant to society. This study aims to study the acting of the mentioned institution, understanding it as an important modifier of the state territory, questioning whether its performance is related to the interest of cultivating high technical density of the state in which it operates primarily, as the real applicability benefits to the public and social sector in their fomenting activities, mainly by acting together with private institutions. It is questioned if there is a modification of the techniques of the territory grounded in the institutional principles of development agencies, as well as the applicability of the proposed act to promote isonomic local development, questioning the purpose of the actions of the state government through *Desenvolve SP*.

Key-words: Development agency. São Paulo. Territory. Technical density.

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	8
2 A AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO PAULISTA (DESENVOLVE SP).....	10
2.1 Programas de governo.....	10
2.2 Municípios.....	14
2.3 Empresas.....	18
3 A AMPLIAÇÃO SELETIVA DA DENSIDADE TÉCNICA PAULISTA E A INFLUÊNCIA DA DESENVOLVE SP.....	25
4 O PODER DAS EMPRESAS PERANTE A MODIFICAÇÃO DO TERRITÓRIO E A PERDA DA FUNÇÃO SOCIAL DO ESTADO.....	28
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	33
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	34

## 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca um estudo da Agência de Fomento Paulista - Desenvolve SP e sua interação com o território paulista, tanto nas esferas municipais quanto estaduais e sua influência no âmbito nacional, compreendendo sua interação no meio público e também no privado. Inicialmente, trata-se de entender como se dá a organização de tais instituições financeiras promovedoras de fomento.

A atividade de fomento possui fundação no objetivo de influenciar terceiros com estímulos e benefícios a fim destes desempenharem atividades que servirão ao interesse público. Considera-se então que, ao assumir o posto de agente fomentador, o órgão a qual aplica a atividade de fomento exerce uma intervenção indireta econômica, em que se limita a influenciar e condicionar uma atividade econômica particular advinda de um sujeito ativo.

As agências de fomento podem ser compreendidas como uma instituição financeira não apta a algumas características típicas daqueles denominados assim, conforme a Resolução 2828, do Banco Central do Brasil, na forma do art. 9º da Lei nº. 4.595, de 31 de dezembro de 1964, tornado público pelo Conselho Monetário Nacional, em sessão realizada em 29 de março de 2001, com base no art. 4º, inciso VIII, da referida lei e no art. 1º, § 2º, da Medida Provisória nº. 2.139-64, de 27 de março de 2001<sup>1</sup>.

Conforme a resolução, estas instituições não podem captar recursos junto ao público, recorrer ao redesconto, possuir uma conta de reserva no Banco Central, contratar depósitos interfinanceiros como depositante ou depositária e não podendo ter participação societária com outras instituições financeiras. É obrigatório constar em sua denominação social a declaração de “Agência de Fomento” seguida de indicação da Unidade da Federação Controladora, sendo proibida a alteração da agência para qualquer outra instituição econômica.

Há três meios de atuação pelas agências de fomento: por meios honoríficos, jurídicos e econômicos (Mello, 2010). As vantagens disponibilizadas aos que fazem uso do fomento podem ser reais ou financeiras: reais no caso da Administração Pública fornecer a

---

<sup>1</sup> [http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2001/pdf/res\\_2828\\_v6\\_P.pdf](http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2001/pdf/res_2828_v6_P.pdf) (acesso em 15/09/2010)

possibilidade do uso de espaços públicos, e financeiras, que podem ocorrer de forma:

- i) direta, com o estado transferindo uma quantia monetária ou em forma de empréstimos com juros inferiores, ou sem o objetivo de reavê-la e
- ii) indireta, deixando de arrecadar tributos (como, por exemplo, isenções fiscais) mesmo que por um período determinado de tempo.

A partir destes investimentos em unidades particulares, o estado deve receber um retorno, almejando que o motivo que justificou o incentivo seja concretizado, auxiliando necessariamente um motor de desenvolvimento que deverá ser em função de um bem estar público, condição necessária para a existência das agências de fomento.

As agências de fomento trazem em sua constituição características teóricas bem definidas a fim de facilitar sua real aplicabilidade. Sendo assim, é particular à atividade de fomento em sua função o objetivo de condução dos agentes econômicos a partir de ofertas de benefícios e estímulos, focando sempre em um desempenho que irá acarretar em benefícios para o interesse público. E ainda, complementa Galvão (2012, p. 34):

“Iniciando a análise a partir do princípio da supremacia do interesse público sobre o privado, que por definição determina que a lei deve ter foco na satisfação de um determinado bem jurídico e este deve visar sempre o bem comum. Portanto, sempre que este confrontar com o interesse privado, prevalece o público. É neste contexto que deve atuar a agência de fomento, suas atividades devem beneficiar interesses que tenham relevância pública, mesmo que isto se dê, por exemplo, na concessão direta de crédito a uma empresa privada.”

Sendo assim, o foco de tais investimentos deverá priorizar o bem-estar público, com uma atuação focada no interesse da sociedade como um todo, mesmo que para isso seja realizado um investimento a uma unidade privada - fato esse que acaba por permitir uma livre atuação entre os dois setores. A seguir serão analisadas tais atuações do objeto de estudo do presente trabalho, a Agência de Desenvolvimento Paulista - Desenvolve SP.

## 2. A AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO PAULISTA (DESENVOLVE SP)

A Agência de Desenvolvimento Paulista (Desenvolve SP) é uma instituição financeira pertencente ao governo do estado de São Paulo, atuante desde março de 2009 após a venda do banco estadual Nossa Caixa. A agência foi instituída pela Lei Estadual 10.853/01 de 16 de julho de 2001 e regulamentada pelo Decreto 52.142/07 de 06 de setembro de 2007 e consta em sua ementa que a lei:

“Autoriza o Poder Executivo a alienar ações de propriedade da Fazenda do Estado no capital social do Banco Nossa Caixa S.A. e a proceder à sua reorganização societária, bem como a criar a Agência de Fomento do Estado de São Paulo, e dá outras providências.”<sup>2</sup>

Com sua sede localizada na cidade de São Paulo, a instituição é vinculada à Secretaria da Fazenda, integrando a administração indireta da unidade estatal e possuindo em seu modo de operação uma composição formada por parcerias com entidades empresariais, não havendo uma rede de agências próprias. Em seis anos de atuação - desde a sua criação até 30 de junho de 2015, a Desenvolve SP registrou o desembolso de R\$ 1,9 bilhão em 3.022 operações de crédito realizadas para 1.347 micros, pequenas e médias empresas e prefeituras, abrangendo 244 cidades<sup>3</sup>.

A agência de fomento realiza atendimentos às empresas com faturamento anual que esteja entre R\$ 360 mil a R\$ 300 milhões, localizadas em território paulista e envolvidas no setor da indústria, comércio, serviços e agronegócio. Os investimentos da Desenvolve SP também se estendem à esfera pública, abrangendo prefeituras de diversos municípios e seus órgãos de administração.

Para servir as esferas mencionadas acima a instituição possui um conjunto interno formado por três principais linhas de atuação: Planos de Governo, Municípios e Empresas. Cada qual possui suas características de financiamento e objetivos específicos, que serão tratados em sequência.

### 2.1 Programas de Governo

A linha de atuação com foco em investimentos a planos de governo ocorre em conjunto

---

<sup>2</sup> <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2001/lei-10853-16.07.2001.html> (acesso em 20/12/2014)

<sup>3</sup> <http://www.desenvolvesp.com.br/a2sitebox/arquivos/transparencia/1188.pdf> (acesso em 17/09/2015)

com o Governo do Estado de São Paulo, alegando como essencial finalidade o desenvolvimento de todas as regiões da unidade estatal e seus respectivos setores da economia, apresentando uma divisão interna com três linhas de financiamento: Apoio Regional, São Paulo Inova e Fundos de Desenvolvimento.

O Programa de Apoio Regional desenvolveu a LVR - Linha de Financiamento para o Vale do Ribeira, apresentando taxas de juros zero, com o foco em beneficiar pessoas jurídicas de direito privado que possuam um faturamento entre R\$ 120 mil e R\$ 3,6 milhões durante o período de um ano e residentes nos municípios: Apiaí, Barra do Chapéu, Barra do Turvo, Cajati, Cananéia, Eldorado, Iguape, Ilha Comprida, Iporanga, Itaoca, Itapirapuã Paulista, Itariri, Jacupiranga, Juquiá, Juquitiba, Miracatu, Pariquera-Açu, Pedro de Toledo, Registro, Ribeira, São Lourenço da Serra, Sete Barras ou Tapiraí.

O objetivo deste programa é promover a estes municípios um desenvolvimento econômico, financiando os setores do agronegócio, comércio, serviços e indústria.

O programa São Paulo Inova proporciona apoio financeiro às empresas residentes no estado, priorizando aquelas que pertençam à parques tecnológicos e incubadoras, com "base tecnológica e de perfil inovador em estágio inicial ou em processo"<sup>4</sup>.

Apesar de uma ausência de consenso conceitual dos parques tecnológicos em âmbito mundial em decorrência de diversas definições adotadas por projetos de lei que englobam o termo, é significativo buscar uma compreensão sobre esta organização: Spolidoro (2008) apresenta a definição proposta pela ANPROTEC - Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores, em que

"Entende-se por parque tecnológico:

(a) Um complexo industrial de base científico tecnológica planejado, de caráter formal, concentrado e cooperativo, que agrega empresas cuja produção se baseia em pesquisa tecnológica desenvolvida nos centros de P&D vinculados ao parque.

(b) Um empreendimento promotor da cultura da inovação, da competitividade e do aumento da capacidade empresarial fundamentado na transferência do conhecimento e tecnologia, com o objetivo de incrementar a produção de riqueza." (SPOLIDORO, 2008 p. 38)

As incubadoras de empresas são compreendidas como uma instalação física que abriga

---

<sup>4</sup> [http://www.desenvolvesp.com.br/programas-de-governo/sp\\_inova](http://www.desenvolvesp.com.br/programas-de-governo/sp_inova) (acesso em 15/09/2015)

um novo empreendimento, oferecendo facilidades tecnológicas, de estrutura, informação, consultorias e apoios gerenciais, almejando à empresa uma aceleração do processo de solidez e entrada no mercado desta, visando uma integração com a sociedade local. (BERMÚDEZ, 2000).

A agência de fomento paulista constantemente aplica o termo da inovação em suas prioridades de atuação e há ausência por parte da instituição de uma definição do conceito inovador segundo a política da agência, aplica-se então para entendimento o significado puro da palavra, em que inovar consiste em "1. Introduzir novidades em. 2. Renovar; inventar; criar."<sup>5</sup>

O programa São Paulo Inova apresenta duas linhas de financiamento: a Linha Incentivo à Tecnologia - a fim de investir em projetos de desenvolvimento tecnológico em empresas com faturamento anual de até 300 milhões de reais - e a Linha Incentivo à Inovação - que possui como objetivo o financiamento de projetos que proporcionem progresso a produtos e a inovação de processos. A seguinte Tabela 1 apresenta as informações oferecidas pelo *site* da Desenvolve SP com o objetivo de explicitar as principais diferenças entre os dois programas.

(Tabela 1) Comparativo entre as linhas de financiamento do Programa São Paulo Inova

Itens	Linha de Incentivo à Tecnologia	Incentivo à Inovação
Tipo de Projeto	Projetos de investimento que incorporem ganhos tecnológicos e/ou processos inovadores à empresa	Inovação tecnológica nas áreas de desenvolvimento de produtos e/ou processos
Perfil da Empresa	Faturamento R\$ 360mil a R\$ 300 milhões	Faturamento até R\$ 90 milhões
Limite da Operação	Até R\$ 30 milhões, com até 30% de capital de giro associado	Até R\$ 10 milhões, com até 30% de capital de giro associado

<sup>5</sup> <https://www.priberam.pt/dlpo/inova%C3%A7%C3%A3o> (acesso em 15/09/2015)

(Tabela 1) Comparativo entre as linhas de financiamento do Programa São Paulo Inova  
(continuação)

Juros	A partir de 8,5% a.a. + IPCA	Zero + IPCA quando pago até o vencimento ( <i>Em caso de inadimplência a taxa de juros será de 8,5% a.a. + IPCA</i> )
Prazo e Carência	Até 120 meses com 24 meses de carência	Até 60 meses com 12 meses de carência

Fonte: [http://www.desenvolvesp.com.br/programas-de-governo/sp\\_inova](http://www.desenvolvesp.com.br/programas-de-governo/sp_inova)  
Organização própria

Por fim, os Fundos de Desenvolvimento ou Fundos Especiais de Financiamento e Desenvolvimento do Estado de São Paulo, com o objetivo da melhora da qualidade de vida da população residente no estado, integrado à Desenvolve SP conforme o artigo 9º da Lei Estadual nº 10.853 de 16.07.2001:

"§ 1.º - A administração dos Fundos Especiais de Financiamento e Investimentos será transferida para a Agência de Fomento do Estado de São Paulo, após a sua criação.

§ 2.º - As contas correntes dos Fundos Especiais de Financiamento e Investimentos criados pela Fazenda do Estado deverão ficar concentradas no Banco Nossa Caixa S.A., que funcionará como Agente Financeiro." <sup>6</sup>

A agência de fomento administra quatro fundos de desenvolvimento: Fundo de Aval (FDA) do Estado de São Paulo visando garantir crédito para microempresas do estado que apresentem receita bruta de até R\$ 3,6 milhões; Fundo Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Funcet) com o objetivo de fornecer "financiamento para projetos ligados à inovação, bem como equalizar as taxas de juros de linhas com o mesmo objetivo"<sup>7</sup>; Fundo de Apoio a Contribuintes do Estado de São Paulo (Funac), focado no setor industrial e empresarial, promovendo um fortalecimento baseado na modernização das empresas; Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social do Vale do Ribeira (FVR), direcionando recursos para investimentos no desenvolvimento econômico e social na região do Vale do Ribeira.

<sup>6</sup> <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2001/lei-10853-16.07.2001.html> (acesso em 20/09/2015)

<sup>7</sup> <http://www.desenvolvesp.com.br/a2sitebox/arquivos/transparencia/1188.pdf> (acesso em 24/09/2015)

## 2.2 Municípios

Referente ao setor dos Municípios, a agência realiza uma proposta de linhas de financiamento com base em promover um desenvolvimento da infraestrutura municipal, contendo seis frentes, estas referentes ao plano de investimento da Desenvolve SP até o ano de 2014:

- i. Linha arena multiuso: financiamento para investimentos de infraestrutura com o objetivo de construir ou adequar locais dedicados a eventos econômicos, expositivos e de convivência social, cultural e esportiva.
- ii. Linha distrito industrial: referente aos financiamentos para a adequação ou construção de distritos industriais, que possuíssem infraestrutura básica capaz de instalar parques industriais.
- iii. Linha investimento esportivo: o Programa de Incentivo ao Investimento Esportivo possuiu o objetivo de estimular a realização de investimentos para a Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014, no Estado de São Paulo e foi instituído pelo Decreto 58.339 de 27 de agosto de 2012.
- iv. Linha economia verde: financiamento de projetos sustentáveis, que promovam significativa redução de emissões de gases de efeito estufa e que minimizam o impacto no meio ambiente, alinhado à Política Estadual de Mudanças Climáticas (PEMC).
- v. BNDES provias: financiamentos para obtenção de máquinas e equipamentos de uso exclusivo para a execução de obras públicas de infraestrutura asfáltica, por meio de repasses do BNDES.
- vi. Linha via SP: Financiamento de projetos destinados às obras de pavimentação urbana, recape, pavimentação de vicinais ou máquinas e equipamentos para intervenção viária.

Segue em sequência a Tabela 2 com o indicativo do desembolso da Desenvolve SP referente às linhas de financiamento dos municípios no ano de 2014 - os dados apresentados no presente trabalho foram obtidos através da política de transparência da instituição pelo Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) da Desenvolve SP.

(Tabela 2) Desembolso setor público em 2014 - por produto

Produto	Desembolso (valores em mil)
Linha via SP	R\$ 153.801
Linha distrito industrial	R\$ 26.504
Linha investimento esportivo	R\$ 11.514
BNDES provias	R\$ 5.774
Linha arena multiuso	R\$ 5.657
Linha economia verde	R\$ 700
<b>Total</b>	<b>R\$ 203.950</b>

Fonte: Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) da Desenvolve SP.  
Organização própria.

Dentre as seis linhas de financiamento, a que se destaca por ter recebido um maior investimento é a Linha via SP, referente a 75% do valor total de investimentos públicos de 2014. Ao analisar de forma individual a situação dos 46 municípios beneficiados pela agência, nota-se que o maior montante de dinheiro destinado à linha de financiamento Via SP está conectado com um maior número de cidades envolvidas:

(Tabela 3) Desembolso setor público em 2014 – por cidade

Cidade	Benefício	Desembolso
Araraquara	Não especificado	R\$ 1.509.235,81
Atibaia	Obras na malha viária Urbana	R\$ 3.599.991,12
Bilac	Obras na malha viária Urbana	R\$ 600.000,00
Capão Bonito	Não especificado	R\$ 4.292.947,73
Capela do Alto	Obras na malha viária Urbana	R\$ 599.999,88
Capivari	Obras na malha viária Urbana e em distritos Industriais	R\$ 9.585.393,71
Cardoso	Aquisição de máquinas e equipamentos	R\$ 1.226.500,00
Catanduva	Obras na malha viária Urbana	R\$ 4.669.577,51
Corumbata	Obras na malha viária Urbana	R\$ 983.000,00
Cristais Paulista	Obras na malha viária Urbana	R\$ 641.000,00
Elias Fausto	Não especificado	R\$ 1.076.832,84
Embu das Artes	Obras na malha viária Urbana	R\$ 6.001.000,00

(Tabela 3) Desembolso setor público em 2014 – por cidade

(continuação)

Cidade	Cidade	Benefício	Desembolso	Desembolso
	Guatapar	Obras na malha viária Urbana	R\$ 400.000,00	
	Indaiatuba	Não especificado	R\$ 5.686.588,00	
	Itajobi	Não especificado	R\$ 1.075.000,00	
	Itanhaém	Obras na malha viária Urbana	R\$ 8.268.326,51	
	Itapira	Obras na malha viária Urbana	R\$ 4.929.287,33	
	Itápolis	Obras na malha viária Urbana	R\$ 2.375.000,00	
	Itatiba	Não especificado	R\$ 7.623.312,39	
	Itupeva	Não especificado	R\$ 4.957.816,18	
	Jarin	Obras na malha viária Urbana	R\$ 500.000,00	
	Jundiaí	Obras na malha viária Urbana	R\$ 2.994.420,21	
	Martinópolis	Obras na malha viária Urbana	R\$ 456.508,54	
	Mogi das Cruzes	Obras na malha viária Urbana	R\$ 11.680.362,74	
	Mogi Mirim	Obras na malha viária	R\$ 10.319.740,41	
	Mongaguá	Obras na malha viária Urbana	R\$ 12.791.885,14	
	Monte Alto	Não especificado	R\$ 1.094.210,00	
	Monte Azul Paulista	Não especificado	R\$ 235.053,03	
	Monte Mor	Obras na malha viária	R\$ 1.558.000,00	
	Oswaldo Cruz	Obras na malha viária	R\$ 600.000,00	
	Ourinhos	Aquisio de máquinas e equipamentos	R\$ 4.397.847,82	
	Porto Ferreira	Obras na malha viária Urbana	R\$ 800.000,00	
	Presidente Prudente	Obras na malha viária Urbana	R\$ 4.599.864,50	
	Santa Gertrudes	Obras na malha viária Urbana	R\$ 5.104.346,31	
	Santa Isabel	Obras na malha viária Urbana	R\$ 1.250.000,00	
	Santa Rita d'Oeste	Obras na malha viária Urbana	R\$ 259.000,00	
	Santo André	Não especificado	R\$ 12.567.860,39	
	São Carlos	Obras na malha viária Urbana	R\$ 3.592.744,52	
	São João da Boa Vista	Obras na malha viária Urbana	R\$ 6.301.756,29	
	São José do Rio Preto	Obras na malha viária Urbana	-	

(Tabela 3) Desembolso setor público em 2014 – por cidade

(continuação)

Cidade	Cidade	Benefício	Desembolso	Desembolso
Sorocaba		Linha Distrito Industrial e VIAS SP		R\$ 24.516.047,35
Tatuí		Obras na malha viária Urbana		R\$ 1.400.000,00
Vargem Grande do Sul		Obras na malha viária		R\$ 800.000,00
Várzea Paulista		Obras na malha viária Urbana		R\$ 4.489.336,38
Viradouro		Obras na malha viária Urbana		R\$ 951.000,00
Votuporanga		Não especificado		R\$ 2.490.300,00

Fonte: <http://desenvolvesp.com.br/portal.php/mapa-clientes-municipios>  
Organização própria.

Dentre os 46 municípios que requisitaram financiamentos para a Desenvolve SP, 61% destinaram estas verbas para obras na malha viária urbana, enquadrados na linha de financiamento Vias SP, assim como os 9% e 2% que aplicaram seus benefícios em obras na malha viária e linha Distrito Industrial e Vias SP, respectivamente; por fim, aqueles enquadrados na aquisição de máquinas e equipamentos representam 4% dos municípios, podendo concluir que 100% dos financiamentos realizados justificados (há 24% sem especificação) para o setor público foram destinados a infraestrutura.

As linhas de financiamento dedicadas aos municípios sofreram alterações no ano de 2015, foram mantidas as frentes linha Arena Multiuso, linha Distrito Industrial, linha Vias SP e linha Economia Verde. A linha relacionada ao investimento esportivo da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 foi eliminada em função da conclusão do evento e a linha BNDES provias foi excluída das frentes de financiamento.

Foram agregadas ao projeto três novas áreas de investimento:

i. Linha Distribuição e Abastecimento: possui objetivo de financiar investimentos à municípios para construir ou adequar os centros agropecuários de distribuição e abastecimento

ii. Linha Iluminação Pública: financiamento de projetos que incluam a iluminação pública, promovendo melhorias, implantação em novas áreas ou adequações necessárias.

iii. BNDES - PMAT: destinado a Administração Pública Municipal, com financiamentos de projetos que promovam a modernização da administração tributária dos municípios.

### 2.3 Empresas

A instituição atende empresas que possuem faturamento anual entre R\$ 360 mil a R\$ 300 milhões, que participem dos setores da indústria, comércio, serviços e agronegócios e possuam instalação e sede no Estado de São Paulo<sup>8</sup>.

A Desenvolve SP oferece operações de crédito de longo prazo para as empresas paulistas, favorecendo aquelas que se enquadram na concepção de um desenvolvimento local, que é entendido através de Buarque (2002) como:

"(...) um *processo endógeno* de mudança, que leva ao *dinamismo econômico, a melhoria da qualidade de vida da população*, em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos. (...) deve mobilizar e explorar as *potencialidades locais* e contribuir para elevar as *oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local*;" (BUARQUE, 2002 p. 25) Grifos do autor.

A instituição oferece um leque de seis frentes de projetos de linhas de financiamento até o ano de 2015, com objetivos específicos e divisões internas. Essas linhas abrangem: o crescimento empresarial, a inovação, aquisição de maquinário, projetos sustentáveis, franquias e auxílio para os gastos do cotidiano empresarial, como podemos observar seguir:

- i. Crescimento empresarial
  - a) Financiamento ao Investimento Paulista: Financia projetos de implantação, ampliação e modernização da capacidade produtiva. Atende a todos os setores da economia, dividida em três modalidades: FIP (obras civis, instalação e maquinário), FIP - Meio Ambiente (projetos para o atendimento da legislação ambiental) e FIP - Energia (projetos para redução do consumo de energia e utilização de energias alternativas.)
  - b) BNDES Automático: envolvida com o financiamento de projetos de modernização, aumento da capacidade produtiva, ampliação e expansão dos negócios, com valor inferior a R\$20 milhões.
  - c) BNDES FINEM: investimentos na modernização, aumento da capacidade

<sup>8</sup>[http://www.valor.com.br/sites/default/files/upload\\_element/27-08\\_desenvolve\\_sp\\_balanco.pdf](http://www.valor.com.br/sites/default/files/upload_element/27-08_desenvolve_sp_balanco.pdf) (acesso em 20/12/2014)

produtiva, ampliação e expansão de empreendimentos, com valor superior a R\$ 20 milhões.

- d) Petróleo e Gás Natural: financiamento de projetos que invistam em empresas e da cadeia produtiva do setor de Petróleo e Gás Natural.
  - e) BNDES Profarma: financia o desenvolvimento do complexo industrial de saúde.<sup>9</sup>
- ii. Inovação empresarial
- a) Linha Incentivo à Tecnologia: financiamento de projetos de até R\$30 milhões que proporcionem ganhos tecnológicos e inovadores.
  - b) Inovacred: investimentos para a introduzir novos produtos, processos, serviços, marketing, inovação organizacional, ou aperfeiçoamento da tecnologia existente.
  - c) BNDES MPME Inovadora: financia às Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPMEs) paulistas, com faturamento anual de até R\$ 90 milhões com objetivos de introdução tecnológica inovadora.
  - d) Linha Incentivo à Inovação: financiamento de projetos que buscam a melhoria de produtos e a inovação de processos.<sup>10</sup>
- iii. Equipamento empresarial
- a) FIP Simplificado: financiamentos para a aquisição isolada de máquinas e equipamentos.
  - b) P&G – Petróleo e Gás Natural: financia maquinário para empresas ligadas ao setor de Petróleo e Gás Natural
  - c) BNDES FINAME Componentes: objetivo de financiar os fabricantes de máquinas e equipamentos
  - d) BNDES FINAME: financia a aquisição de máquinas, equipamentos e bens de informática.<sup>11</sup>
- iv. Projetos sustentáveis
- a) Linha Economia Verde: financia projetos sustentáveis que promovam a redução de emissões de gases de efeito estufa e que minimizem o impacto da atividade produtiva no meio ambiente.
  - b) Linha Economia Verde - Máquinas: financiamento de máquinas e equipamentos que proporcionam uma redução de emissões de gases de efeito

<sup>9</sup> <http://www.desenvolvesp.com.br/empresas/opcoes-credito/para-sua-empresa-crescer> (acesso em 28/09/2015)

<sup>10</sup> <http://www.desenvolvesp.com.br/empresas/opcoes-credito/para-sua-empresa-inovar> (acesso 28/09/2015)

<sup>11</sup> <http://www.desenvolvesp.com.br/empresas/opcoes-credito/para-equipar-sua-empresa> (acesso em 28/09/2015)

estufa e diminua o impacto da atividade produtiva no meio ambiente<sup>12</sup>

v. Franquias

A Linha Especial a Franquias possui o objetivo de financiar a abertura, ampliação e modernização de franquias.<sup>13</sup>

vi. Cotidiano empresarial

BNDES Progeren: Linha de financiamento com repasse do BNDES para Capital de Giro para empresas investirem em estoque, compra de insumos e matéria-prima, itens necessários para atividades cotidianas do negócio.<sup>14</sup>

Nota-se no seguimento de financiamento empresarial a constante presença de parceria com o BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, além de uma ampla área de abrangência para atender a diversas especificidades das empresas, tanto grande, quanto médias e micro.

Trabalhando com dados obtidos através do contato com o Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) da Desenvolve SP foi possível a elaboração da Tabela 4 com o objetivo de propor uma melhor visualização das atividades econômicas concretizadas no ano de 2013 e o valor referente à quantidade de operações que foram realizadas; tais valores são referentes a resultados do setor de financiamento apenas para instituições privadas, abrangendo um total de 175 municípios cede destes particulares.

Tabela 4 – Atividades econômicas e a quantidade de operações em 2013

Atividade econômica	Quantidade de operações
Indústria de transformação	1785
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	267
Transporte, armazenagem e correio	59
Atividades administrativas e serviços complementares	51
Informação e comunicação	48
Alojamento e alimentação	45

<sup>12</sup> <http://www.desenvolvesp.com.br/empresas/opcoes-credito/projetos-sustentaveis> (acesso em 28/09/2015)

<sup>13</sup> <http://www.desenvolvesp.com.br/empresas/opcoes-credito/franquias> (acesso em 28/09/2015)

<sup>14</sup> [http://www.desenvolvesp.com.br/empresas/opcoes-credito/para-dia-a-dia-sua-empresa/bndes\\_progeren](http://www.desenvolvesp.com.br/empresas/opcoes-credito/para-dia-a-dia-sua-empresa/bndes_progeren) (acesso em 28/09/2015)

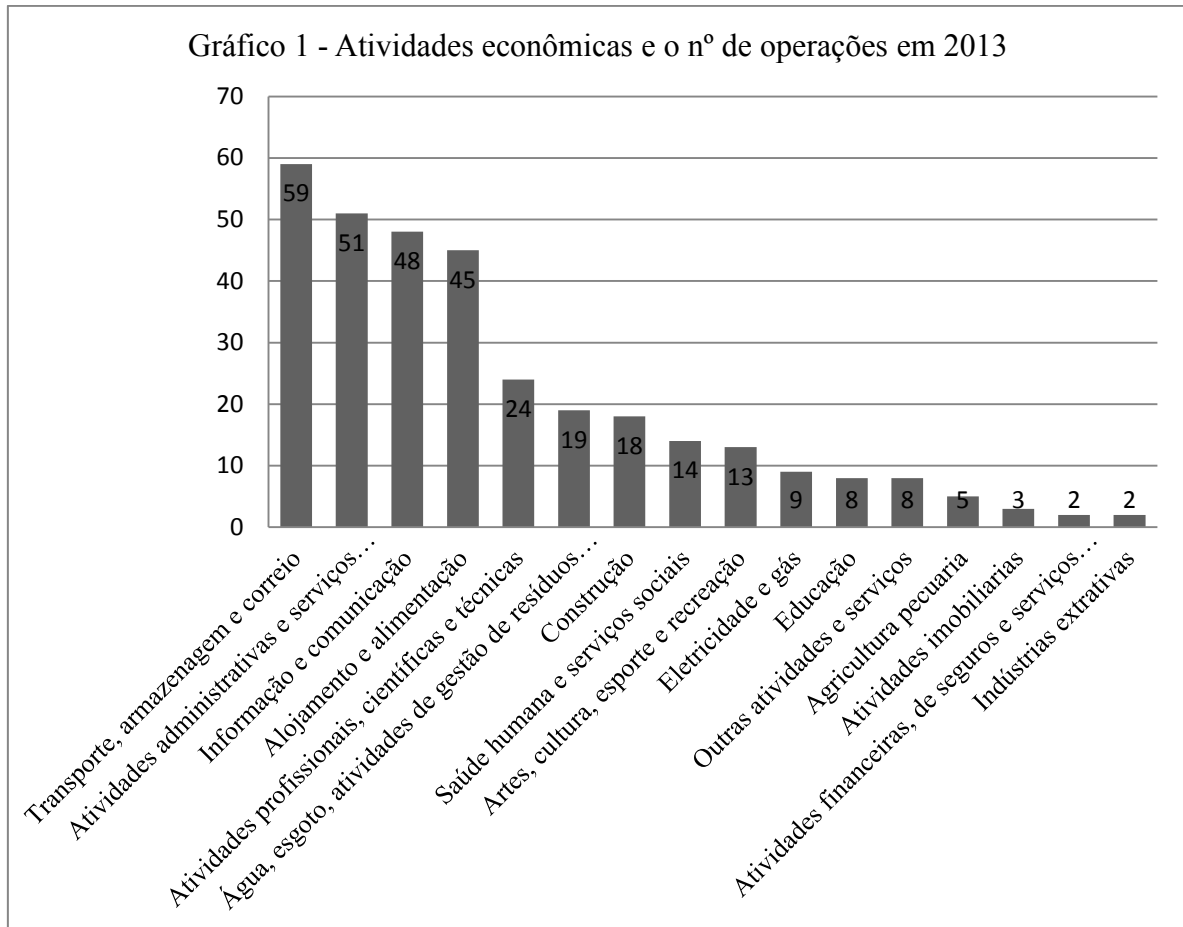
Tabela 4 – Atividades econômicas e a quantidade de operações em 2013

(continuação)

Atividade econômica	Quantidade de operações
Atividades profissionais, científicas e técnicas	24
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	19
Construção	18
Saúde humana e serviços sociais	14
Artes, cultura, esporte e recreação	13
Eletricidade e gás	9
Educação	8
Outras atividades e serviços	8
Agricultura pecuária	5
Atividades imobiliárias	3
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	2
Indústrias extrativas	2

Fonte: Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) da Desenvolve SP. Organização própria.

Analisando os dados apresentados na tabela, nota-se a discrepância existente entre a quantidade de operações envolvendo primeiramente, a indústria de transformação (tipo de indústria transformadora de matérias-primas) e em seguida, o comércio com reparação em veículos automotores e motocicletas. Os dados apresentam uma diferenciação considerável perante os outros dados e para a elaboração do Gráfico 1 foi necessário desconsiderá-las, para assim ser possível realizar uma visualização de forma mais facilitada do restante dos dados.



Fonte: Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) da Desenvolve SP. Organização própria.

Foi observada uma grande variedade de atividades financiadas, atuantes em diversos setores, possíveis tanto em ambientes urbanos quanto rurais. Acredita-se que esta variabilidade é saudável – em contrapartida com a grande concentração do setor industrial e de serviços, que será analisado ao decorrer do trabalho, pois cada município possui um perfil singular e as empresas que o constitui tendem a se adaptar a esta demanda, o que pode auxiliar em seu desenvolvimento econômico. Porém, se ocorre uma supervalorização de determinados setores, os outros acabam por ficar esquecidos – fato este que vai contra o objetivo de exercer a isonomia local proposta pela política da empresa.

A seguir, a Tabela 5 apresenta dados referentes ao desembolso da agência destinado ao setor privado durante o ano de 2014, setorizado por setor econômico:

(Tabela 5) Desembolso setor privado - por setor econômico em 2014

Setor econômico	Desembolso (valores em mil)
Agronegócio	R\$ 2.366
Comércio	R\$ 93.479
Indústria	R\$ 849.300
Serviços	R\$ 540.599
Total	R\$ 1.485.744

Fonte: Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) da Desenvolve SP.  
Organização própria.

Participaram desta estatística referente a 2014 um total de 198 cidades sede destas instituições particulares, que se refere a aproximadamente 30% dos municípios do estado. Houve um crescimento de aproximadamente 9% de 2013 para 2014 em relação aos municípios que abrigam as instituições, demonstrando que a Desenvolve SP está ampliando a sua área de atuação no território paulista.

Analisando a Tabela 5, evidencia-se uma discrepância entre os setores: enquanto o setor do agronegócio refere-se a apenas 0,16% do valor total desembolsado, o setor da indústria representa mais da metade, com 57% dos investimentos, o setor de serviços representa um pouco menos, com 37% e por fim o comércio com 6%. Tais dados demonstram o perfil de densidade técnica adotado pelo estado paulista, assunto este que será tratado no próximo capítulo.

A Desenvolve SP possui em sua linha de investimento o objetivo de financiar empresas de caráter médio, pequeno e micro. A Tabela 6 conseguinte demonstra os dados relativos à atuação no primeiro semestre do ano de 2015 quanto ao porte das empresas alcançadas por seus financiamentos, acompanhadas pelos valores aplicados.

Tabela 6 - Desembolso por porte das empresas clientes no 1o semestre de 2015

Porte	Quantidade	Quantidade (%)	Valor	Valor (%)	Ticket médio
Pré-Operacional	43	1,5%	R\$ 157.740.064,26	9,7%	R\$ 3.668.373,59
Grande	22	0,7%	R\$ 73.574.729,50	4,5%	R\$ 3.344.305,89
Média-Grande	130	4,5%	R\$ 265.380.400,05	16,3%	R\$ 2.041.387,69
Média	1.543	52,9%	R\$ 941.899.375,71	57,9%	R\$ 610.433,81
Micro e Pequena	1.085	37,2%	R\$ 164.291.838,41	10,1%	R\$ 151.421,05
Pessoa Física	93	3,2%	R\$ 23.472.758,97	1,5%	R\$ 252.395,26
Total	2.916	100,0%	R\$ 1.626.359.166,90	100,0%	R\$ 557.736,34

Fonte: <http://www.desenvolvesp.com.br/a2sitebox/arquivos/transparencia/1199.pdf>  
Organização própria

Nota-se que a atuação da agência de fomento em questão concentra seu investimento a empresas de porte médio, em que pouco mais da metade das instituições compreendidas possuem tal perfil, usufruindo de 57,9% do montante financeiro total desembolsado pela instituição no primeiro semestre de 2015. Em sequência estão as micro e pequenas empresas, representando 37,2% das empresas beneficiadas, mas com uma menor proporção quanto ao valor desembolsado (10,1%).

A Tabela 6 também evidencia a existência do benefício oferecido pela Desenvolve SP à empresas de grande porte, mesmo que em pequena porcentagem (4,5% do valor aplicado), contrariando a lógica da instituição de promover um desenvolvimento local que propicie igualdade a todas as regiões da esfera estadual, com o objetivo de auxiliar empresas de menor porte.

(GRÁFICO 1) - Contratos por porte das empresas clientes em Junho de 2015



Fonte: <http://www.desenvolvesp.com.br/a2sitebox/arquivos/transparencia/1199.pdf>

O Gráfico 1 acima complementa as informações da Tabela 7, assim como coloca novamente em questão o fato da confirmação da densidade técnica local ao demonstrar o alto investimento no setor industrial, tratado no capítulo seguinte.

### 3. A AMPLIAÇÃO SELETIVA DA DENSIDADE TÉCNICA PAULISTA E A INFLUÊNCIA DA DESENVOLVE SP

A maior representatividade dos setores de indústria demonstrada nos dados apresentados no capítulo anterior traça um perfil comum ao estado de São Paulo como constante mantenedor de sua alta densidade técnica, conceito definindo uma área em que há densa e intensa ação humana em que "espaços inteligentes são dispostos para atender prontamente às intenções dos que os conceberam e produziram" (SANTOS, 1999).

As parcerias realizadas pela Desenvolve SP exemplificam o esforço local para manter sua densidade técnica, pois até o final do primeiro semestre de 2015 a agência possuía 37 órgãos e entidades representativas do segmento empresarial estabilizadas como parceiras, assim como um total de 105 parceiros fabricantes e revendedores de equipamentos e maquinário, de um total de 142 parcerias, com o fundamento da manutenção e cultivo da lógica empresarial local.

A agência de desenvolvimento paulista do mesmo modo possui acordo operacional consolidado com representantes nacionais e internacionais de ação representativa no setor de

investimentos econômicos, como o banco italiano Banca Infrastrutture Innovazione e Sviluppo (BIIS), o Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF), a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), as Indústrias Romi, o agente financeiro do Governo Federal Alemão KfW Bankengruppe (KfW), o Sebrae-SP e a Finep, por exemplo.<sup>15</sup>

O "Movimento Pela Inovação" organizado pela Desenvolve SP e parceiros reforça a política tomada pela agência na busca intensa por atração e desenvolvimento de empresas na área de inovação para o estado, assim como o almejo por uma aproximação de pesquisadores e empresas às principais agências de fomento de São Paulo; a eficácia é apontada por seus idealizadores com o exemplo do evento ligado ao movimento e organizado pela Desenvolve - SP no período entre 26 e 30 de outubro de 2015: a quinta etapa do "Movimento pela Inovação" no Parque Tecnológico de Piracicaba, em que 25 empresários se mostraram interessados a agregar ao movimento ainda no ano de 2015, exemplificando um intenso fluxo nos processos de investimento ao setor privado.<sup>16</sup>

Analisando de forma comparativa a situação dos financiamentos destinados ao setor privado e aos municípios, observa-se que no ano de 2014 a grande maioria dos financiamentos e benefícios utilizados foram destinados majoritariamente para empresas, já que o total dos benefícios destas soma R\$ 1.485.744.000,00, contra a dos municípios com R\$ 203.950.000,00, que representa menos de 15% deste valor.

No primeiro semestre de 2015, o saldo das operações de crédito apresenta um total de R\$ 1.042 milhões, um acréscimo de 18% em comparação ao mesmo período do ano de 2014. Deste valor, 20,4% foi destinado ao setor público e 67,2%<sup>17</sup> refere-se a investimentos realizados a pequenas e médias empresas - o setor privado ainda é dominante nas linhas de investimento.

Este quadro é previsto, pois a estrutura na composição de fornecimento de créditos trouxe um grande número de empresários à procura de agências de fomento por seu caráter mais atrativo em comparação aos bancos privados convencionais, no caso a Desenvolve SP, com sua política de juros inferiores ao restante do mercado, que varia entre 7% e 8%; como consequência aos intensos incentivos e facilitações da agência de fomento, as empresas

---

<sup>15</sup> <http://www.desenvolvesp.com.br/a2sitebox/arquivos/transparencia/1188.pdf> (acesso: 01/10/2015)

<sup>16</sup> <http://www.desenvolvesp.com.br/noticias/movimento-pela-inovacao-revela-otimismo-em-piracicaba-rls> (acesso em 16/11/2015)

<sup>17</sup> <http://www.desenvolvesp.com.br/a2sitebox/arquivos/transparencia/1188.pdf> (acesso em 01/10/2015)

privadas tornaram-se protagonistas dos investimentos realizados.

Além deste protagonismo empresarial, destacam-se também algumas regiões do estado, pois considerando uma análise da localização dos municípios envolvidos nos processos de financiamento, tanto para serviços públicos quanto para empresas, nota-se ao longo dos anos a tendência de uma concentração no interior do estado, mais precisamente nas regiões de Campinas, Ribeirão Preto, Piracicaba e Sorocaba, juntamente com a capital do estado. Em seis anos de atuação, 67% dos recursos foram destinados ao interior do estado, com destaque para as regiões dos municípios citados, enquanto a região metropolitana de São Paulo foi responsável por 33% destes recursos<sup>18</sup>.

Este cenário pode contradizer o próprio conceito das atividades fomentadoras, já que grande parte de seus beneficiados representam o setor com maior desenvolvimento do estado de São Paulo, e a ação fomentadora da Desenvolve SP poderia estar atenuando a desigualdade local, reforçando uma concentração da densidade técnica, isolando um local como o único referente a uma *produtividade espacial*.

“Os lugares se distinguiram pela diferente capacidade de oferecer rentabilidade aos investimentos. Essa rentabilidade é maior ou menor em virtude das condições locais de ordem técnica (equipamentos, infraestrutura, acessibilidade) e organizacional (leis locais, impostos, relações trabalhistas, tradição laboral). Essa eficácia mercantil não é um dado absoluto do lugar, mas se refere a um determinado produto e não a um produto qualquer.” (SANTOS, 2002 p. 247).

O desenvolvimento do espaço não depende apenas da capacidade deste, de seus recursos naturais, e sim de qual forma se dará a ocupação e estruturação local, a cada novo modo de produção mudam a estrutura e o funcionamento do espaço conforme os investimentos aplicados. (SANTOS, 1999)

Os cenários apresentados reforçam uma postura de intensa transformação e concentração técnica do território, com crescimento industrial e intenso incentivo às denominadas empresas de inovação e tecnologia, atrelada ao desenvolvimento científico. Sendo assim, questiona-se com base na diferenciação entre os investimentos nas esferas pública e privado por parte da agência de fomento, a quem se concentra o poder modificador do território paulista.

---

<sup>18</sup> <http://www.desenvolvesp.com.br/noticias/desenvolve-sp-chega-a-marca-de-r-2-bi-em-financiamentos-rls>  
(acesso em 09/12/2015)

#### 4. O PODER DAS EMPRESAS PERANTE A MODIFICAÇÃO DO TERRITÓRIO E A PERDA DA FUNÇÃO SOCIAL DO ESTADO

"Território é uma porção do espaço geográfico que coincide com a extensão espacial da jurisdição de um governo" e pode ser considerado como um equilíbrio, um atrelamento entre o espaço e a política (GOTTMANN, 2012). Compreendendo espaço geográfico como uma associação irrepartível de um sistema de objetos e de ações, formados por instrumentos de trabalho e práticas sociais respectivamente, em que o desenvolvimento do espaço geográfico e o modo de produção ali presentes promovem uma evolução unitária (SANTOS, 1999).

O território é organizado então pela relação do espaço geográfico como suporte para as ações políticas ali estruturadas, das diversas e distintas formas de poder político que o transformaram ao longo da história, fazendo com que a conceituação deste seja mutável, assim como as relações dos componentes que abriga.

"Como geógrafo, sinto que seja indispensável definir território como uma porção do espaço geográfico, ou seja, espaço concreto e acessível às atividades humanas. Como tal, o espaço geográfico é contínuo, porém repartido, limitado, ainda que em expansão, diversificado e organizado. O território é fruto de repartição e de organização. Tal como todas as unidades do espaço geográfico, ele deve ser, em teoria, limitado, embora seu formato possa ser modificado por expansão, encolhimento ou subdivisão." (GOTTMANN, 2012 p.525)

Então, para Gottmann o território se dá como um produto da divisão do espaço geográfico, de um espaço que foi organizado e repartido pela ação humana, criando suas fronteiras que se organizam em função do sistema político vigente. Sendo assim, o território possuiria duas funções: o território como *abrigo* e o território como *recurso*.

O território como abrigo por exercer o papel de protetor a todos que vivem no local, e território como recurso por justamente ser palco das ações políticas e comerciais, "portanto, o território (do abrigo e do recurso) seria o campo de ação da competição entre as empresas e os Estados" (CATAIA, 2010).

Trazendo tal conceituação para o caso da Desenvolve SP e suas alterações no território paulista, reforça-se o conceito do território como recurso no atual quadro, em que as ações do governo estadual - atuante através da Desenvolve SP - modificam o território para este ser um recurso a ser utilizado majoritariamente pela iniciativa privada, ação esta mascarada pela política da instituição que legitima tal atuação caso traga benefício à sociedade – benefício que muitas vezes é ilusório, assunto que será tratado futuramente no presente trabalho. Sendo

assim, a organização territorial não se limita somente ao espaço dos agentes políticos e econômicos dos representantes da esfera pública, e sim de todos os agentes, instituições e empresas (CATAIA, 2013).

Problemáticas são colocadas em evidencia, pois sociedade e território não são entes independentes e não podem ser dissociados em função de ambas as existências estarem interligadas: o território resulta do trabalho humano e o território usado é compreendido como um condicionante social - assim, um território organizado em função de empresas e instituições privadas, promove uma sociedade submissa à servir tal esfera. Qual seria então o poder das empresas perante o território?

A partir da metade do século XX ocorreu uma forte expansão das técnicas, juntamente com a ciência e, em consequência, o desenvolvimento da convergência das técnicas, promovendo e permitindo uma ação conjunta entre suas especificidades e

"A partir daí começamos a ver a ciência trabalhando não em benefício da humanidade, mas, geralmente, em benefício de um pequeno número de homens e de empresas."  
(SANTOS, 1997 p. 15)

Este cenário é consequente da globalização vigente no período, tendo ela como uma das suas bases essa relação interligada entre a técnica e a ciência, gerando um perfil de desenvolvimento científico voltado aos interesses do mercado e não à sociedade.

Práticas da Desenvolve SP adéquam-se a este cenário, como por exemplo, a parceria com a Fapesp, sendo a primeira uma das principais fomentadoras do desenvolvimento à pesquisa científica do país, amparando a produção da ciência do estado de São Paulo<sup>19</sup> que, em função da parceria, é em parte dedicada à elaboração de tecnologia e inovação para uso das empresas assessoradas pela agência de fomento.

Voltando à globalização, na concepção de Milton Santos (1997) esta cria um mundo com fluidez:

"Quando o planeta se torna fluido, todos os contextos se intrometem, produzindo essa superposição de contextos, que é o contexto global, no qual as fronteiras se tornam porosas para o dinheiro e para a informação. Além disso, o território deixa deter aqueles limites rígidos (...), levando ao enfraquecimento e à mudança de natureza dos Estados Nacionais." (SANTOS, 1997 p.16)

Este enfraquecimento do Estado e de suas unidades estaduais e municipais é conveniente à globalização, pois é de interesse dos poucos que a comandam a criação de um Estado

---

<sup>19</sup> <http://www.fapesp.br/sobre/> (acesso em 15/10/2015)

flexível aos seus interesses de grande produção - situação em que, em menor escala, a agência de fomento paulista e o estado de São Paulo podem ser enquadrados. Assim, o Estado demonstra uma perda de sua função de servidor social, ao momento em que seus recursos não possuem mais o foco na sua população.

O Estado regido pela globalização demonstra o perfil de uma economia não humana, resultando em uma política realizada no mercado, entregando aos formadores deste mercado - as empresas globais - a tarefa de realizar política, o social entregue a essas instituições que não possuem preocupações éticas ou de bem-estar social, sendo individualistas.

A globalização caracterizou o mundo com uma lógica baseada na competitividade e no individualismo, em que se não há uma inclusão nesse perfil, desaparece-se (SANTOS, 1997). É incentivado um comportamento empresarial sem altruísmo - sem sentimento de interesse à dedicação por outros, por semelhantes, e então, se o Estado se retirou da política em função das empresas e se estas não podem se dedicar a praticar o altruísmo, a sociedade se encontra desamparada.

Milton Santos (1997) afirma que "a política apenas se realiza quando existe a consideração de todos e de tudo", e nas condições atuais compreende-se a existência de políticas realizadas pelas empresas - destacando-se as de grande porte. É questionado se a existência da Desenvolve SP não acaba por possuir como uma de suas finalidades principais a adequação do território e suas técnicas às normas das empresas somente, o que causaria uma contradição conceitual ao território e seu uso, pois para Gottmann

"(...) ele (*o território*) deve ser acessível; a acessibilidade, pretendida pelo homem e amplamente controlada por ele, é umas das razões essenciais para a intervenção política regular, de algumas formas restringir e de outras melhorar a capacidade de acesso por várias categorias de pessoas (GOTTMANN, 2012 p. 525).

Tendo então tal organização territorial submissa ao setor privado, as técnicas desenvolvidas no local em que as empresas se instalam trazem a este particularidades, especificidades e normas condizentes com as empresas, alterando, destarte, as condições de relacionamento dentro de cada comunidade (SANTOS, 1997), sendo a empresa vista pela sociedade que a rodeia como uma salvadora local – principalmente em função da organização territorial e social ocorrer em prol da existência da mesma, em que as relações de emprego são alteradas, assim como as relações sociais, culturais, morais, e também como o orçamento público.

A influência das empresas nos orçamentos públicos do local em que estão instaladas

promove uma perversão e um elemento a mais de submissão do poder público ao privado, independente da esfera estadual ou municipal, promovendo à empresa a cobrança de uma cidade ou estado que a sirva.

"(...) as empresas do Século XX, vagabundas que são não no sentido moral, mas vagabundas por não poderem ficar permanentes em lugar nenhum, no sentido de serem turistas, trabalham com a arma da chantagem frente ao Governo, (chantagem que exercem para se instalarem) deste modo, o chamado poder público passa a ser subordinado, compelido, arrastado. Na medida em que aceitamos esse nexos das grandes empresas, estamos instalando a semente da ingovernabilidade; este é um fenômeno que, no Brasil, atinge uma dimensão ainda não medida." (SANTOS, 1997 p. 18)

Esta ingovernabilidade e a transferência do poder do Estado para as empresas gera um abandono da solidariedade, pois não faz parte da lógica empresarial e da globalização um perfil de ações voltadas para o bem-estar comum, e sim a prevalência da lógica da competitividade, fragmentando o território e instalando a desordem. A lógica mundial está embasada na competição, ocorrendo então uma democracia de mercado em que as necessidades privadas são prioridade no trabalho do Estado.

A competitividade generalizada nas esferas privadas e também públicas gera Estados competitivos, arrastando valores de mercado para comportamentos sociais e individuais. Retornando aos estudos de Gottmann (1975) na análise de Santos (1997), verifica-se que há na sociedade novamente uma dissociação na essência de seu conceito do território:

"A maioria esmagadora, a quase totalidade das empresas têm o território como abrigo. Quanto às pessoas, o percentual é parecido. Todavia, o território como abrigo, como aquele que abriga a solidariedade, não é cuidado pelo poder público, pelo poder do Estado, de tal forma que essa disjunção é causa de desordem. Ela vai conduzir a algo novo que já está se delineando. Esse algo novo se manifesta porque há uma disputa das instituições segundo níveis de governo: os Estados e municípios, os Estados e a Federação. Os municípios da Federação não podem se entender nas condições atuais. Há uma disputa entre as empresas, porque território e mercado são sinônimos." (SANTOS, 1997 p.22)

Então, as empresas disputam pelo território e suas ações o modificam, reforçando novamente a ingovernabilidade pública legitimada pela população embasada nas leis da individualidade e competitividade, assim como o constante enaltecimento das empresas vistas como salvadoras locais, fazendo com que a população perca a sua cidadania.

Sendo assim, o conceito de território em que este é interpretado como espaço delimitado por fronteiras políticas que em seu interior o Estado exerce o poder e a soberania é perdido, transferindo para o setor privado o poder de uso do território (CATAIA, 2013).

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As agências de fomento – em específico a Agência de Fomento Paulista Desenvolve SP, apresentam em seus pilares de fundação o objetivo de estimular atividades que beneficiem e que servirão ao interesse público, porém tal concepção torna-se errônea e vazia ao estudar a real aplicabilidade de suas ações fomentadoras.

O investimento legitimado pelo governo estatal às empresas, mascarado por possíveis contribuições sociais acaba por conferir a estas instituições particulares o poder de modificar o território em seu próprio benefício. Desta forma, a Desenvolve SP auxilia nessa tomada de poder empresarial perante a esfera pública e sua atuação passa a ser voltada prioritariamente para a manutenção deste privilégio, pois inclusive suas atividades fomentadoras destinadas diretamente aos municípios apresentam desenvolvimentos locais que auxiliariam indiretamente as instituições privadas.

Tal perfil de principal modificador local destinado às empresas auxilia o já em destaque desenvolvimento empresarial e econômico do estado de São Paulo e tal situação gera, juntamente com o que já foi apontado, um desequilíbrio na federação perante os outros entes federativos, estando o estado de São Paulo em um processo contínuo de concentração e centralização do capital empresarial.

É então reforçada a controvérsia da atuação da agência de fomento Desenvolve SP e da ingovernabilidade do estado, esvaziada de objetivos de um bem social comum, legitimando e robustecendo a desigualdade perante a nação e também no interior do estado, favorecendo aqueles em função do acúmulo de capital.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERMÚDEZ, L. A. Incubadoras de empresas e inovação tecnológica: o caso de Brasília. *Parcerias estratégicas* - número 8 - Maio 2000

BUARQUE, S. C. Construindo o desenvolvimento local sustentável. Livro. Rio de Janeiro: Garamond, 2008 4ed.

CATAIA, M. Território usado e federação: articulações possíveis. Artigo. *Educação & Sociedade*, vol. 34, n. 125, p. 1135-1151. Campinas, 2013.

\_\_\_\_\_. Uso do território e federação: novos agentes e novos lugares. Diálogos possíveis e participação política. *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, vol. XIV, nº 331, 2010.

CONTEL, F. Betioli. Território e finanças técnicas: normas e topologias bancárias no Brasil. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, São Paulo, 2006.

FARIAS, H. C. O BNDES e as privatizações no uso do território brasileiro. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências da UNICAMP, Campinas, 2008.

GALLO, F. Aspectos da reorganização das solidariedades federativas no território nacional: o engessamento tributário planejado no Brasil e a difusão seletiva do meiotécnico-científico-informacional. *Boletim Goiano de Geografia*. Goiânia, v. 33, n. 3, p. 355-372, 2013.

\_\_\_\_\_. Uso do território e federalismo como evento: a difusão regional de infraestruturas analisadas a partir das Transferências Intergovernamentais Voluntárias entre União e municípios. Tese (Doutorado em Geografia - Área de Análise Ambiental e Dinâmica Territorial). Instituto de Geociências. Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 2011.

\_\_\_\_\_. Território nacional e pacto federativo brasileiro: uma análise geográfica das transferências de recursos entre os entes federados. In: XII EGAL –Encuentro de Geógrafos de América Latina, 2009, Montevideo. *Anais do XII EGAL –Encuentro de Geógrafos de América Latina*, 2009.

GOTTMANN, Jean. A evolução do conceito de território. Artigo. *Boletim Campineiro de Geografia*. Campinas, v. 2, n. 3, p. 523-545, 2012.

MELLO, R. M. Atividade de Fomento e o Princípio da Isonomia. *Revista Eletrônica de Direito Administrativo Econômico (REDAE)*, Salvador, Instituto Brasileiro de Direito Público, n. 21, fevereiro/março/abril, 2010.

RÜCKERT, A. A. Reforma do Estado, reestruturações territoriais, desenvolvimento e novas territorialidades. I Seminário Nacional sobre Múltiplas Territorialidades, 2004, Canoas. Porto Alegre; Canoas: Programa de Pós-Graduação em Geografia-Ufrgs; Curso de Geografia, Ulbra, 2004.

SANTOS, M. A natureza do espaço. Técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: EDUSP, 2002.

\_\_\_\_\_. A revolução tecnológica e o território: realidades e perspectivas. In SANTOS, Milton. Terra Livre: Território e Tecnologia. São Paulo: AGB, 1992.

\_\_\_\_\_. Da política dos Estados à política das empresas. Cad. Esc. Legisl. Belo Horizonte, 3(6): 3-191, jul/dez. 1997

\_\_\_\_\_. O retorno do território. In SANTOS, Milton. Da Totalidade ao Lugar. São Paulo: EDUSP, 2005.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. O Brasil. Território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SILVA, E. I. O Espaço: Une/Separa/Une. O Brasil. Território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SILVA, A. A. Jean Gottmann e reordenamento territorial mundial em tempos de “Nova Ordem”. ACTA Geográfica, Boa Vista, v.7, n.15, p.07-18. 2013.

SILVEIRA, M. L. Concretude territorial, regulação e densidade normativa. In Revista Experimental, n. 2. São Paulo: Laboplan-USP, 1997

SPOLIDORO, R. Parque Científico e tecnológico da PUCRS: TECNOPUC. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008

VALOR ECONÔMICO. Agência de crédito paulista atinge R\$ 1 bi em desembolsos, 2013a.

\_\_\_\_\_. Ambev vence leilão de ICMS com deságio de 3,99%, 2013b.

#### SITES CONSULTADOS:

Agência DesenvolveSP: <http://desenvolvesp.com.br/portal.php/mapa-clientes-municipios> (Vários acessos)

Assembleia Legislativa de São Paulo: <http://governo-sp.jusbrasil.com.br/legislacao/1033133/decreto-58465-12>

\_\_\_\_\_. <http://www.al.sp.gov.br/norma/?id=2741> (acesso em 20/12/2014)

Banco Central do Brasil <http://www.bcb.gov.br/pre/composicao/af.asp> (acesso em 02/12/14)

DCI – Diário Comércio Indústria & Serviços <http://www.dci.com.br/financas/desenvolve-sp-libera-48-a-mais-em-2014-id402107.html> (acesso em 18/11/2014)

Jornal Valor Econômico: [www.valor.com.br](http://www.valor.com.br) (Vários acessos)

Parceria Desenvolve SP e Abes

[http://desenvolvesp.com.br/a2sitebox/uploads/files/abranet\\_11.14.jpg](http://desenvolvesp.com.br/a2sitebox/uploads/files/abranet_11.14.jpg) (acesso em 10/01/2015)

Valor – Balanço Desenvolve SP

[http://www.valor.com.br/sites/default/files/upload\\_element/27-08\\_desenvolve\\_sp\\_balanco.pdf](http://www.valor.com.br/sites/default/files/upload_element/27-08_desenvolve_sp_balanco.pdf)

(acesso em 08/01/2015)